



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/ PIAUÍ
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO-SEINT
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO-NEFIT
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO RURAL-GEFIR



- RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO - ([REDAZIDA] -Nazaré do Piauí-PI)

Período da ação fiscal: 02 a 11/10/2012

Atividade: Extração vegetal

Audidores-fiscais do Trabalho:

"Dar trabalho, e em condições decentes, é forma de proporcionar ao homem os direitos que decorrem desse atributo que lhe é próprio: a dignidade".

ep. 110/2012

- RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO -
([REDACTED] -Nazaré do Piauí-PI)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PIAUÍ
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SEINT
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO - NEFIT
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO RURAL - GEFIR

-SUMÁRIO-

RELATÓRIO

Dados da ação fiscal.....	04
Da qualificação da equipe.....	05
Da qualificação da empresa responsável.....	05
Da situação constatada.....	06
Das providências adotadas.....	14
Das responsabilidades dos envolvidos.....	20
Das considerações gerais.....	21
Conclusão.....	25

ANEXO

Termo de depoimento dos trabalhadores da máquina de beneficiamento...	27
Termo de interdição.....	29
Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho.....	31
Guias de seguro-desemprego.....	40
Autos de infração.....	46
Termo de depoimento do proprietário da fazenda.....	60
Termo de depoimento do proprietário de trabalhador.....	61
Termo de depoimento dos trabalhadores resgatados.....	62



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PIAUÍ
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SEINT
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO - NEFIT
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO RURAL - GEFIR

DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	19
Registrados durante ação fiscal	00
Resgatados – total	09
Mulheres registradas durante a ação fiscal	00
Mulheres (resgatadas)	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores Estrangeiros	00
Trabalhadores Estrangeiros Registrados durante ação fiscal	00
Trabalhadores Estrangeiros Resgatados	00
Trabalhadores Estrangeiros – Mulheres - Resgatadas	00
Trabalhadores Estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores Estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado	06*
Valor bruto das rescisões	R\$ 7.613,46
Valor líquido das rescisões	R\$ 7.613,46
Valor Dano Moral Individual	00
Nº de Autos de Infração lavrados	07
Termos de Apreensão de Documentos	00
Termos de Interdição Lavrados	01
Termos de Suspensão de Interdição	00
Prisões efetuadas	00
CTPS emitidas	01

* Dos nove trabalhadores resgatados, dois recebiam seguro-pesca e um era aposentado, inviabilizando a emissão a estes do seguro-desemprego resgate.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PIAUÍ
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO – SEINT
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO - NEFIT
GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO RURAL - GEFIR**

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

1- DA AÇÃO FISCAL

O presente relatório demonstra o resultado da ação fiscal empreendida, no período de 02/10/2012 a 11/10/2012, na Fazenda Boa Vista, localizada na zona rural de Nazaré do Piauí, com a finalidade de apurar denúncia apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floriano-PI.

2- DA QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

2.1 – AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO

2.1.a -

2.1.b -

3- DA QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Razão social

CPF:

Endereço: Rodovia BR 343, 126, Irapuá, Floriano-PI, CEP-64800-000

Atividade econômica: extração de pó de carnaúba CNAE: 0220-9/99

Nome

CPF:

Endereço:



4- DA SITUAÇÃO CONSTATADA

Durante os levantamentos físicos empreendidos dia 02/10/2012 na Fazenda Boa Vista, localizada na zona rural de Nazaré do Piauí, foram encontrados pelos signatários nove trabalhadores rurais laborando há cinco dias na atividade de coleta de palha de carnaúba. Todos sem registro(art. 41, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho), sem carteira de trabalho assinada(art. 29, *caput*, da Consolidação das Leis do Trabalho) e sem terem sido submetidos a exames médicos admissionais(art. 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "a", da NR-7).

Estes trabalhadores rurais foram flagrados pelos signatários dormindo ao relento, em redes armadas sob as árvores. A alimentação era prepara sem qualquer padrão de higiene, através de buracos cavados no chão e consumida sem qualquer conforto, uma vez que no local não havia mesas nem cadeiras. Conforme demonstram as fotos seguintes.



Foto 01-Trabalhadores alojados ao relento, em redes armadas em troncos de árvores.



Foto 02



Foto 03-Ausência de qualquer conforto por ocasião da tomada de refeições.



Foto 04



Foto 05-Ausência de higiene no preparo das refeições.



Foto 06



Foto 07

Vale ressaltar que, com relação a estes atributos infringidos, a NR 31 estabelece que:

31.23.1 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência compostas de:

- a) instalações sanitárias;*
- b) locais para refeição;*
- c) alojamentos, quando houver permanência de trabalhadores no estabelecimento nos períodos entre as jornadas de trabalho;*
- d) local adequado para preparo de alimentos;*
- e) lavanderias;*



31.23.2 As áreas de vivência devem atender aos seguintes requisitos:

- a) condições adequadas de conservação, asseio e higiene;
- b) paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente;
- c) piso cimentado, de madeira ou de material equivalente;
- d) cobertura que proteja contra as intempéries;
- e) iluminação e ventilação adequadas.

31.23.5.1 Os alojamentos devem:

- b) ter armários individuais para guarda de objetos pessoais;
- c) ter portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança;

31.23.3.4 Nas frentes de trabalho, devem ser disponibilizadas instalações sanitárias fixas ou móveis compostas de vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada de quarenta trabalhadores ou fração, atendidos os requisitos do item 31.23.3.2, sendo permitida a utilização de fossa seca.

31.23.1 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar aos trabalhadores áreas de vivência compostas de:

- b) locais para refeição;

31.23.4.1 Os locais para refeição devem atender aos seguintes requisitos:

- a) boas condições de higiene e conforto;
- b) capacidade para atender a todos os trabalhadores;
- c) água limpa para higienização;
- d) mesas com tampos lisos e laváveis;
- e) assentos em número suficiente;
- f) água potável, em condições higiênicas;



g) depósitos de lixo, com tampas.

Foi constatado também que não eram mantidos no local materiais destinados à prestação de primeiros socorros. Conforme exige a NR 31, nos seguintes termos:

31.5.1.3.6 Todo estabelecimento rural, deverá estar equipado com material necessário à prestação de primeiros socorros, considerando se as características da atividade desenvolvida.

Durante as verificações físicas, foi constatado que a empresa em questão não fornecia aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual adequados aos riscos da atividade, ferindo o item 31.20.1, da NR 31, seguinte:

31.20.1 É obrigatório o fornecimento aos trabalhadores, gratuitamente, de equipamentos de proteção individual (EPI), nas seguintes circunstâncias:

a) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente comprovadas inviáveis ou quando não oferecerem completa proteção contra os riscos decorrentes do trabalho;

A água utilizada pelos trabalhadores, tanto para o preparo das refeições, quanto para o consumo, era proveniente de um córrego localizado próximo ao local onde eles estavam alojados, demonstrado na foto seguinte.



Foto 08

Ressalte-se a NR 31 obriga os empregadores a fornecer água potável aos trabalhadores, nos seguintes termos:

31.23.9 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar água potável e fresca em quantidade suficiente nos locais de trabalho.

A água retirada do córrego ainda era armazenada em



recipientes vazios de produtos químicos, constando a advertência clara de não reutilizar a embalagem. Conforme demonstra a foto seguinte.



Foto 09

Vale ressaltar que no dia seguinte à saída dos trabalhadores da Fazenda Boa Vista, dia 03/10/2012, foi flagrado, na zona rural do município de Nazaré do Piauí, um veículo adaptado com uma máquina de beneficiamento de palha de carnaúba, pertencente ao Sr. [REDACTED]. Foi constatado que na carroceria deste veículo eram transportados de maneira irregular, sem qualquer segurança e conduzido por motorista inabilitado, oito trabalhadores, que eram responsáveis pela extração mecanizada do pó da carnaúba em propriedades rurais da região. Todos sem carteira assinada e sem Equipamentos de Proteção Individual. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré do Piauí, onde foram levados, estes trabalhadores relataram aos signatários a maneira na qual eles costumam executar a atividade (fls. 27 e 28): *“Que trabalham batendo palha de carnaúba em uma máquina de propriedade do Sr. [REDACTED]; que trabalham sem carteira assinada e não fizeram exames médicos; que não receberam nenhum Equipamento de Proteção; que, quando trabalham em uma propriedade, dormem em redes armadas embaixo de árvores; que a água que bebem é geralmente retirada de riachos e córregos próximos; que costumam preparar as refeições em buracos cavados no chão; que comem as refeições sentados nas redes, pois não tem outro local; que o [REDACTED] fornece os mantimentos, como: arroz, feijão, rapadura, massa de milho, óleo, carne seca, etc; que costumam fazer as necessidades no mato; que, como recebem por produção, costumam trabalhar o dia inteiro e até virando noites; que o pagamento do salário é feito pelo próprio [REDACTED]; que o [REDACTED] costuma acompanhar o trabalho deles”.*

Diante da situação de grave e iminente risco na qual foram encontrados estes trabalhadores, foi realizada a interdição do veículo adaptado com a máquina de beneficiamento (bate-palha), com fundamento no artigo 161, da Consolidação das Leis do Trabalho, em virtude das irregularidades constantes do relatório respectivo (fls. 29 e 30).



Foto 10-Veículo adaptado com máquina "bate-palha" interceptado pelos Auditores na zona rural de Nazaré do Piauí.



Foto 11-Trabalhadores transportados, sem qualquer conforto e segurança, no mesmo compartimento da máquina, tambores, pneus, etc.



Foto 12-Verificação física.



Foto 13



Foto 14-Máquina com a transmissão de força desprotegida.



Foto 15-Depoimento dos trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

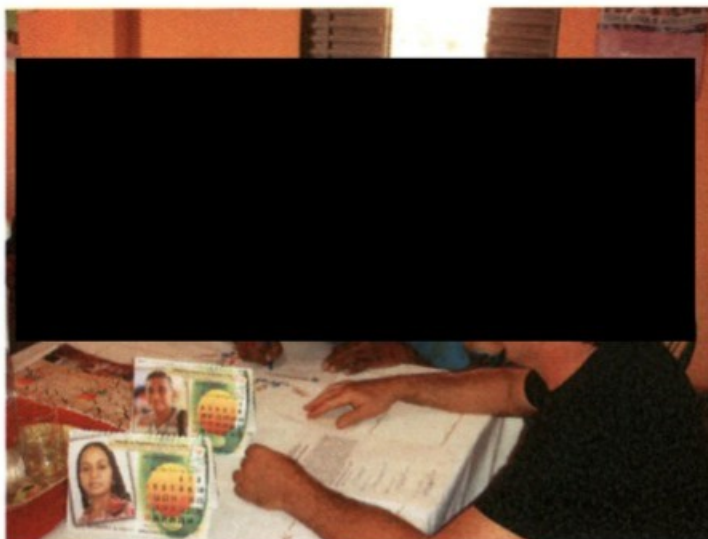








Foto 16-Assinatura do Termo de depoimento.

5- DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante da situação degradante constatada, a empresa responsável foi notificada para que no dia 11/10/2012, na Agência de Atendimento do Trabalhador de Floriano-PI, adotasse as providências necessárias à regularização do caso, considerando o efetivo período de prestação de serviços, consistentes na quitação das verbas rescisórias devidas aos trabalhadores nos moldes de uma despedida indireta, ou seja, com o pagamento do saldo de salário, aviso prévio indenizado, 13º salário proporcional, férias proporcionais, FGTS e 40% do FGTS.

Conforme exigido, no dia e hora determinados, na presença dos signatários, ocorreu o pagamento das verbas rescisórias dos nove empregados prejudicados, constantes da tabela seguinte, no total bruto e líquido de R\$ 7.613,46(fls. 31 a 39). Na ocasião, também foram preenchidos e fornecidos os requerimentos do seguro-desemprego a somente seis dos trabalhadores prejudicados(fls. 40 a 45), uma vez que dois deles recebiam seguro-pesca e um era aposentado. Este seguro-desemprego está previsto na Lei nº 7889/90, alterada pela MP nº 74, de 23/11/2002.

Nome do empregado	Endereço	Telefone
		
		

	[REDACTED]	
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED] b	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]









		
		



Foto 17-Verificação física no campo.



Foto 18-Depoimento dos trabalhadores resgatados, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré do Piauí.



Foto 19-Leitura do termo de depoimento.



Foto 20-Assinatura do termo de depoimento.

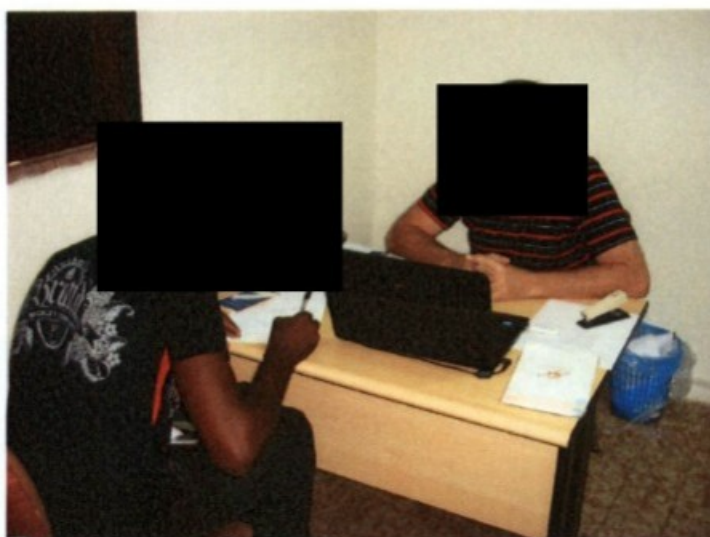


Foto 21-Emissão do seguro desemprego.



Foto 22

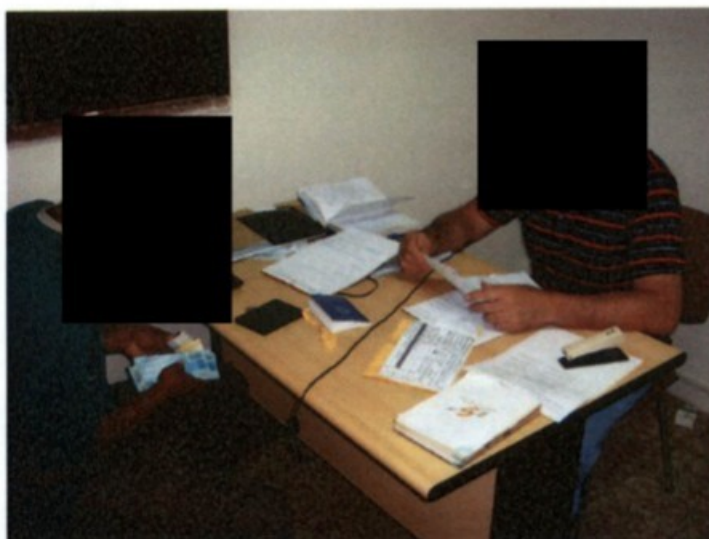


Foto 23-Recebimento das verbas rescisórias.



Foto 24



Em virtude das irregularidades constatadas, foram lavrados os autos de infração constantes da tabela seguinte(fls. 46 a 59):

IRREGULARIDADE CONSTATADA	IRREGULARIDADE CONSTATADA	DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO
01744474-8	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	Art. 41, <i>caput</i> , da Consolidação das Leis do Trabalho.
01744475-6	Deixar de disponibilizar alojamentos aos trabalhadores.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "c", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
01829496-1	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias compostas de vasos sanitários e lavatórios	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.3.4 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
01744419-5	Deixar de fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.20.1 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
01744420-9	Fornecer água potável em condições que não sejam higiênicas ou permitir a utilização de copos coletivos para o consumo de água potável.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.10 da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.
01744472-1	Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho,	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.4.3 da NR-31,



	abrigos que protejam os trabalhadores das intempéries durante as refeições.	com redação da Portaria nº 86/2005.
01744473-0	Deixar de disponibilizar local adequado para preparo de alimentos aos trabalhadores.	Art. 13 da Lei nº 5.889/1973, c/c item 31.23.1, alínea "d", da NR-31, com redação da Portaria nº 86/2005.

6- DAS RESPONSABILIDADES DOS ENVOLVIDOS

Os trabalhadores foram encontrados em situação degradante na Fazenda Boa vista, de propriedade do Sr. [REDACTED], que relatou aos signatários o seguinte(fl. 60): *"Que é proprietário da Fazenda Boa Vista, localizada na zona rural de Nazaré do Piauí; que este ano está explorando a retirada de palha de carnaúba de sua propriedade; que vendeu a palha para ser retirada por R\$ 2.000,00 para uma pessoa de nome [REDACTED] que mora em Nazaré do Piauí e trabalha com o [REDACTED] que não teve nenhum contato com os trabalhadores e não sabia que eles estavam alojados embaixo dos pés de manga."*

Acontece que o Sr. [REDACTED] recebeu os R\$ 2.000,00, utilizados na compra do direito de explorar a palha de carnaúba(arrendamento) da propriedade do Sr. [REDACTED], das mãos do Sr. [REDACTED] Valor que seria descontado posteriormente, quando a palha fosse triturada em uma máquina pertencente ao próprio [REDACTED] Conforme relatou o Sr. [REDACTED] que, na verdade, não passava de um trabalhador rural, submetido à mesma situação degradante dos demais, nos seguintes termos(fl. 61): *"Que recebeu um adiantamento de R\$ 2.000,00 do Sr. [REDACTED] para pagar a palha de carnaúba da Fazenda Boa Vista, de propriedade do Sr. [REDACTED] que levou os empregados até a Fazenda dirigindo um caminhão F-4000, pertencente ao Sr. [REDACTED] que, como não tem carteira de motorista, um empregado do [REDACTED] deixou o veículo para ele em um posto de combustível depois da Polícia Rodoviária de Floriano; que é a quarta safra que trabalha para o [REDACTED] contratando trabalhadores para retirar palha de carnaúba; que é uma pessoa pobre e trabalha junto com os outros trabalhadores; que não tinham a carteira assinada e não fizeram exames médicos; que dormiam em redes armadas embaixo de pés de manga; que preparavam as refeições em buracos cavados no chão, as chamadas trempes; que comiam as refeições sentados nas redes, pois não tinha outro local; que a água que bebiam era tirada de um riacho próximo; que faziam as necessidades no mato; que não*



receberam Equipamentos de Proteção; que no final da retirada das palhas da carnaúba, a máquina do Sr. [REDACTED] retira o pó; que no final do trabalho, o Sr. [REDACTED] desconta o valor de R\$ 2.000,00 do adiantamento feito no início”.

O Sr. [REDACTED] é um empresário muito conhecido na região que explora há anos a atividade de coleta e extração do pó da palha de carnaúba, agindo como intermediário na compra do direito de exploração das propriedades que mantêm carnaubais, e contratando mão-de-obra da forma descrita, ou seja, escamoteando a relação de emprego que, na verdade, subsiste entre ele e os trabalhadores rurais contratados.

O Sr. [REDACTED] por sua vez, não obstante negar ter conhecimento da situação dos trabalhadores, como proprietário da Fazenda, deveria ter tido esta preocupação. Vale ressaltar que eles estavam acomodados próximo a casa utilizada pelos empregados efetivos da Fazenda(foto seguinte), que possuía, além de outros cômodos, vários quartos, que poderia muito bem ter sido utilizada para alojar todos os trabalhadores.



Foto 25

Vale ressaltar que os três empregados mantidos pela Fazenda Boa Vista(dois vaqueiros e um tratorista) não possuíam carteira de trabalho assinada, apesar de trabalharem há anos no estabelecimento. Com relação a esta irregularidade, o Sr. [REDACTED] foi notificado a proceder ao registro destes trabalhadores, com data retroativa ao início da atividade de cada um deles, bem como submetê-los a exames médicos, e recolher o FGTS respectivo.

7- DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

O que foi constatado no ambiente de trabalho no qual foram encontrados os trabalhadores configura-se em um total atropelo ao regramento mínimo de segurança e saúde, além de um desrespeito patente ao trabalhador enquanto pessoa humana. Desrespeitando o art. 5º, II, IV, da Constituição Federal, *in verbis*:



Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
.....

Na verdade, a Constituição Federal equiparou o trabalhador rural ao urbano(art. 7º, *caput*) e contemplou a matéria de segurança e medicina do trabalho como um direito social indisponível dos trabalhadores quando, em seu art. 7º, XXII, assegurou a eles a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Ressalte-se que este item caracteriza-se como um dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, uma vez que está contido no Título II da referida Carta Magna.

A NR 31, criada pela portaria nº 86/2005, com base no art. 13 da Lei nº 5.889/73, estabelece em seu subitem 31.3.3 que:

31.3.3 – Cabe ao empregador rural ou equiparado:

a) garantir adequadas condições de trabalho. Higiene e conforto, definidas nesta Norma Regulamentadora, para todos os trabalhadores, segundo as especificidades de cada atividade;
.....

c) promover melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho.

Por sua vez, o art. 19, parágrafos 1º e 2º, da Lei 8.213/91(Lei da Previdência) estabelece:

Art.19 omissis

§ 1º – A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador;

§ 2º - Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

Como ficou bem claro nos dispositivos legais citados, trata-se de uma obrigação legal da empresa a adoção de procedimentos visando à promoção da saúde de seus empregados no ambiente de trabalho. Entretanto, como descreve este relatório, o que se observou foi uma total imprevidência no cumprimento desta imposição.



O art. 149 do Código Penal descreve:

*“Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, **quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho**, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:*

Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem”.

Uma simples interpretação gramatical é o bastante para concluir que o trabalho em condições degradantes constitui-se em uma das espécies do gênero “trabalho escravo”. Com efeito, a caracterização deste crime não está adstrita somente ao cerceamento da liberdade do trabalhador. Na verdade, o texto legal indica que a dignidade da pessoa humana é o fundamento maior da proibição do trabalho em que há a redução do homem à condição análoga à de escravo. Não é somente restrição da liberdade de ir e vir que caracteriza este crime, mas também a conduta de suprimir do trabalhador as mínimas condições de dignidade.

É de difícil compreensão, portanto, qualquer concepção contrária a este entendimento, uma vez que não podemos nos prender ao conceito de trabalho escravo, tendo como paradigma a figura oitocentista do negro na senzala. Pois, desta forma, correremos o risco de nos fixarmos a uma óptica conceitual restritiva, que nega a existência das formas contemporâneas de escravidão, condicionando, erroneamente, a consumação deste crime ao princípio da preservação da liberdade.

Para Raquel Dodge¹: “Escravizar é tornar o ser humano uma coisa, é retirar-lhe a humanidade, a condição de igual e a dignidade. Não só a liberdade de locomoção é atingida, e às vezes a possibilidade de locomoção resta intacta. Guiar-se por este sinal pode ser enganador. A redução à condição análoga à de escravo atinge a liberdade do ser humano em sua acepção mais essencial e também mais abrangente: a de poder ser.”

Sobre o assunto, assevera José Cláudio Monteiro de Brito Filho²: “(...) Assim, se o trabalhador presta serviços exposto à falta de

¹ Trabalho escravo: conceito legal e imprecisões, disponível em http://www.prr1.mpf.gov.br/nucleos/nucelo_criminal/trabalho_escravo_indigena/doutrina/trabalho_escravo/do_doutrina/trabalho_escravo_conceito_legal_e_imprecisoes_por_raquel_dodge.htm

² Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. Artigo: trabalho com redução à condição análoga à de escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. São Paulo: LTr, 2006. pp 132-133.



segurança e com riscos à sua saúde, temos o trabalho em condições degradantes. Se as condições de trabalho mais básicas são negadas ao trabalhador, como o direito de trabalhar em jornada razoável e que proteja sua saúde, garanta-lhe descanso e permita o convívio social, há trabalho em condições degradantes. Se, para prestar o trabalho, o trabalhador tem limitações na sua alimentação, na sua higiene, e na sua moradia, caracteriza-se o trabalho em condições degradantes(...)."

Vale ressaltar que a situação constatada pelos signatários foi relatada pelos próprios trabalhadores, nos seguintes termos (fls. 62 e 63): *"Que foram encontrados pelos fiscais do Ministério do Trabalho dia 02/10/2012 trabalhando na Fazenda Boa Vista de propriedade do Sr. [REDACTED] na zona rural de Nazaré do Piauí; que trabalhavam, desde o dia 28/09/2012, na atividade de retirada de palha de carnaúba da Fazenda; que foram contratados pelo Sr. [REDACTED], através do [REDACTED], que inclusive, mandou pegar eles em suas residências, na cidade de Nazaré do Piauí, e levar para a Fazenda; que alguns já haviam trabalhado antes para o Sr. [REDACTED]; que não tinham a carteira assinada e não fizeram exames médicos; que dormiam em redes armadas embaixo de pés de manga; que preparavam as refeições em buracos cavados no chão, as chamadas trempes; que comiam as refeições sentados nas redes, pois não tinha outro local; que a água que bebiam era tirada de um riacho próximo; que faziam as necessidades no mato; que não receberam Equipamentos de Proteção. Nada mais relataram na ocasião".*

A análise do caso deixa claro que as condições degradantes de trabalho restaram comprovadas pelo péssimo ambiente na qual trabalhavam os camponeses, agravado pela inércia no cumprimento de suas obrigações básicas. O que suscitou, conforme já referido, a constatação das seguintes irregularidades, caracterizadoras do crime vertente:

- ▶ manter trabalhadores sem registro em sem CTPS anotada. Portanto, à margem dos direitos trabalhistas e previdenciários garantidos pelo ordenamento jurídico;
- ▶ não fornecer Equipamentos de Proteção Individual, necessários à manutenção da integridade física dos trabalhadores;
- ▶ não disponibilizar alojamentos dignos aos trabalhadores, que eram acomodados ao relento, sem qualquer conforto ou segurança, em redes armadas em troncos de árvores;
- ▶ não garantir qualquer conforto ou higiene durante as ocasiões de preparo e tomada de refeições;
- ▶ não fornecer água potável aos trabalhadores, que, em virtude disto, eram obrigados a utilizar a água proveniente de um córrego;
- ▶ não garantir aos trabalhadores acesso a materiais de primeiros socorros;



► não manter instalações sanitárias, permitindo que os trabalhadores realizassem o asseio corporal e as necessidades fisiológicas ao relento, sem o conforto, o resguardo e a higiene necessários.

8 - CONCLUSÃO

Diante dos graves fatos descritos no presente relatório, que demonstram de modo patente a inobservância das obrigações básicas referentes às garantias trabalhistas, à preservação da integridade física e psíquica e ao respeito a dignidade do trabalhador enquanto pessoa humana, caracterizando, *ipso facto*, o TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO(MODALIDADE DEGRADANTE), sugerimos a comunicação imediata do resultado desta fiscalização à Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região e à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para que, no âmbito de suas competências, adotem as medidas que julgarem necessárias.

Sugerimos, outrossim, que, em cumprimento IN nº 91, de 05/10/2011, seja enviada cópia deste relatório à Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Teresina, 25 de outubro de 2012

